



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1373/05	DATA: 14/9/2005
INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 16h19min	DURAÇÃO: 01h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h21min	PÁGINAS: 32	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
FERNANDO GOMES DE MORAIS - Jornalista.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há expressões ou termos ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está aberta a sessão.

Solicito à Secretária que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, requieiro a dispensa da leitura da ata, uma vez que ela já foi entregue a todos os membros do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os Deputados que forem favoráveis à dispensa da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

A presente reunião tem por finalidade a produção de prova testemunhal com oitiva do Sr. Fernando Gomes de Moraes, arrolado como testemunha pela defesa do Deputado José Dirceu.

Encontra-se no plenário o advogado do Sr. José Luis Lima, que representa o Deputado José Dirceu.

A respeito do depoimento da testemunha, tenho alguns esclarecimentos a fazer ao Plenário, de acordo com o que dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

A testemunha prestará compromisso e falará somente sobre o que lhe for perguntado. Após, será dada a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado, para as perguntas que poderão ser feitas nesse momento e a qualquer momento que entender necessário.

Após o Relator, fará uso da palavra o advogado Dr. José Luis Lima, que representa o Deputado José Dirceu. Posteriormente, os Deputados inscritos. Faço um apelo a todos para que não passem dos 5 minutos, porque hoje, inclusive, haverá no Plenário a votação do parecer do Conselho de Ética sobre o Deputado Roberto Jefferson.

Com a palavra o Sr. Fernando Moraes.

Perdão. Temos um termo de compromisso, que gostaria que V.Sa. assinasse.

Termo de Compromisso:

Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me



for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 4, de 2005 (Representação nº 38, de 2005, do PTB, movida contra o Deputado José Dirceu).

Sala de reuniões, 14 de setembro de 2005.

Sr. Fernando Gomes de Moraes.

Obrigado.

Com a palavra o Sr. Fernando de Moraes.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Sr. Presidente, nobre Deputado Ricardo Izar, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer uma brevíssima exposição a respeito das razões pelas quais suponho que eu esteja aqui. Sou jornalista profissional há 45 anos. Trabalhei em diversos veículos de Minas Gerais e de São Paulo. Trabalhei aqui em Brasília durante um certo período como enviado especial. E conheci o Deputado José Dirceu em 1968, meados dos anos 60. Ele, líder estudantil; eu, repórter do *Jornal da Tarde*, de São Paulo. Relação impessoal, relação de profissional com personagem. Nunca tive uma aproximação maior com ele nesse período, até que ele foi preso em 1968. Um ano depois foi trocado pelo Embaixador Charles Elbrick, norte-americano, e nunca mais tive notícias, como a maioria das pessoas, do José Dirceu. Em 1974 — final de 1974, início de 1975 —, viajei a Cuba, quando produzi o meu primeiro livro: *A Ilha*. Nessa época, tive a oportunidade de passar 3 meses em Cuba. Fui legalmente, com meu passaporte carimbado, apesar de haver advertência de que não valia para Cuba. Nesse período em que fiquei lá, tive a oportunidade de participar um dia de um almoço com exilados brasileiros, mas nunca fiquei sabendo se Dirceu estava, participava ou não desse almoço, porque não sabia se ele já tinha mudado de feição, por causa da operação plástica, ou se já tinha retornado ao Brasil. Portanto, se tive contato com ele em Cuba até hoje não sei. Preciso saber disso dele. Voltei a vê-lo em 1979. Com a anistia, ele retornou ao Brasil. Eu era Deputado Estadual por São Paulo, pelo PMDB de São Paulo. Éramos colegas na Assembléia Legislativa. E ele passou a ser funcionário da Liderança do PT na Casa, funcionário concursado. Não sei exatamente que posto ocupava. Não tinha maior contato com ele. Cruzava com ele pelos corredores, encontrava-o no café, mas nada que nos aproximasse especialmente. Voltei a ter contato com ele em 1984, na campanha pelas Diretas Já.



Ele era, se não me engano, Secretário-Geral do Partido, em São Paulo. No dia da votação da emenda, no dia 25 de abril, se não me engano, de 1984, fomos encarregados, ele e eu, pelo Dr. Ulysses, pelo Governador Montoro, para organizar um palanque que pudesse transmitir às pessoas o decorrer da votação aqui do Congresso, uma vez que o Presidente Figueiredo tinha proibido a divulgação de qualquer coisa. Baixou um ato — não me lembro; estado de emergência, se não me engano — sobre Brasília que impedia a transmissão da votação das Diretas. Por iniciativa do José Dirceu, que não tinha mandato naquela época ainda, montamos um palanque em São Paulo, na Praça da Sé, com um telefone instalado no palanque, e aqui em Brasília, no plenário, arranjou-se um telefone em que uma pessoa ligava para lá, nos transmitia o voto e a gente transmitia para a multidão que estava na Praça da Sé. Tempos depois, 4 ou 5 anos depois, tive problemas com o então já Deputado José Dirceu, que era Líder do PT na Assembléia Legislativa, e eu era Governo. Eu era Secretário de Cultura do Estado São Paulo, no Governo Orestes Quécia. E os Anais da Assembléia Legislativa registram — está à disposição de quem quiser ver — a oposição sistemática, a oposição dura que o Deputado José Dirceu fazia ao Governo como um todo, ao meu Governo e particularmente contra a Secretaria da Cultura, porque ele considerava que a construção do Memorial da América Latina era um desperdício, que o dinheiro teria de ser utilizado em educação e saúde, enfim, uma divergência de fundo. Foi uma oposição muito dura, muito difícil para nós. Em 1990, de novo, voltei a ter contato com o Deputado José Dirceu. O PMDB tinha ido para o segundo turno nas eleições estaduais. O candidato era o hoje Deputado Luiz Antonio Fleury Filho, disputando com o Paulo Maluf. A nosso pedido, o Deputado José Dirceu destacou 2 dirigentes do PT para negociar conosco um eventual apoio do PT no segundo turno ao Fleury ou pelo menos liberar o eleitorado, liberar a militância do PT para votar, não fechar a questão. Ele destacou na época, se não me engano, o Presidente Estadual do Partido, que era o Paulo Frateschi, e o Paulo Okamoto. As negociações não andaram muito. Havia muita resistência do PT a apoiar o Fleury, apoiar o candidato do PMDB, e o máximo que conseguimos foi que o partido liberasse a bancada. Esse pequeno hiato no atrito com o PT duraria pouco. No Governo novo, no Governo Fleury — nós ganhamos a eleição —, passei a ser Secretário de Educação do



Estado de São Paulo e fui objeto também de oposição muito dura por parte da Assembléia Legislativa, por causa de um projeto que pessoalmente dirigi, que era a tentativa de transformação da escola pública de São Paulo num modelo de qualidade superior, chamado modelo escola-padrão, que recebeu durante todo o tempo um repúdio total do PT e do então Deputado José Dirceu. Estou falando de 1991. Só voltei a ter contato com ele em 1998, quando ele pediu que eu emprestasse a minha casa, a casa onde vivo, o meu apartamento, para uma reunião, que não poderia ser pública, entre o Lula, candidato a Presidente da República, entre o Brizola, candidato a Vice, o José Dirceu e o Orestes Quércia, que era candidato a Governador, pelo PMDB. A idéia era que se tentasse unificar as candidaturas de centro-esquerda, em São Paulo, para que se já apoiasse o Lula no primeiro turno. Foi uma operação que andou durante algum tempo, deu algum resultado, mas, no fim, acabaram saindo 3 candidatos disputando a eleição. Em 2002, também com a articulação do José Dirceu — na época, não me lembro se já Deputado e Presidente do PT —, na campanha do Lula para Presidente, nós conseguimos fazer, conseguimos estimular uma dissidência do PMDB paulista, presidido, na época, por Orestes Quércia, pelo ex-Governador Orestes Quércia, para que, ao contrário da Direção Nacional, que estava apoiando Serra — inclusive, deu a candidata a Vice, a Deputada capixaba Rita Camata — e, em São Paulo, nós conseguimos, depois de muita articulação, fazer com que o Presidente do partido, que a Executiva do partido, oficialmente, dissesse que estava apoiando a candidatura do Lula e não a candidatura do José Serra. Isto fez com que, inclusive no dia da inauguração do comitê central — eu me lembro do dia, da data com precisão, porque era meu aniversário, eu estava fazendo 56 anos, no dia 22 de julho —, no dia da inauguração do comitê, estiveram em pessoa no comitê o próprio Lula e o José Dirceu, mesmo sabendo que isto podia trazer algum tipo de desconforto para o Deputado José Genoíno, que era o candidato do PT a Governador de São Paulo. Onde não coubesse o Genoíno, onde houvesse dificuldade de levar o nome do Genoíno, o PT levaria o meu nome. Eu era o candidato a Governador do Estado. Eu posso dizer isso, posso afirmar com absoluta segurança, porque era o cabeça da chapa e, portanto, participava de todas as negociações: não houve, em nenhum momento, nenhuma oferta por parte do PT do que quer que seja em termos de apoio



material; nenhum centavo. Nem nós pedimos nem eles ofereceram. Não porque considerássemos isso algo aético ou algo amoral, porque é natural que um partido que está recebendo apoio do outro que ajude o outro partido materialmente, com material de campanha. No nosso caso, não houve nada, apesar de ser uma campanha franciscana. Eu me recordo de ter ainda guardada, até hoje, uma nota fiscal de 1.000 bonés, que eu mandei fazer do meu bolso, com os nomes do Lula, o meu nome e o nome do Orestes Quércia, que era o candidato ao Senado. No meio da campanha, eu renunciei à minha candidatura, por razões que são públicas. E a hora que a imprensa noticiou que eu tinha retirado a candidatura, recebi 2 telefonemas: um do candidato Ciro Gomes, para me cumprimentar, para dizer que tinha achado um gesto corajoso, enfim, um gesto correto; o segundo telefonema foi do José Dirceu, me convidando para entrar na campanha do Lula. Eu, no dia seguinte, passei a participar da campanha eleitoral do futuro Presidente e, simultaneamente, da campanha para o José Genoino ao Governo do Estado de São Paulo. No período, ganharam a eleição. O PT ganhou a eleição. Nestes 2 anos e meio de Governo eu não tive absolutamente nenhuma relação, seja com o Governo, seja com o Ministro José Dirceu. Eu, para não dizer que não tive absolutamente nenhuma, eu estive uma vez no Palácio da Alvorada, a convite do Presidente da República, quando foi feita a exibição, em pré-estréia, do filme *Olga*, inspirado num livro de minha autoria; no Palácio. O Presidente me convidou, fui lá, jantei, assisti ao filme e fui embora para São Paulo. E, um ano e meio atrás, quando houve o episódio do Sr. Waldomiro Diniz, eu, vendo a fuzilaria da qual o Dirceu estava sendo vítima e conhecendo razoavelmente bem a história dele, eu tomei a iniciativa — ninguém me pediu — de fazer, na minha casa, um jantar com personalidades, com Oscar Niemeyer, com Sebastião Salgado, com Leonardo Boff, de apoio a José Dirceu, de desagravo a José Dirceu. Vim a Brasília e fui ao gabinete dele uma única vez para perguntar se ele estava de acordo que se fizesse isso, porque podia, por alguma razão, não querer. Organizei o jantar para umas 20, 30 pessoas e não tive mais nenhum contato com ele. Venho há algum tempo trabalhando para produzir um livro sobre o MOLIPO — Movimento de Libertação Popular, que é uma dissidência que nasceu da ALN — Ação Libertadora Nacional, em Havana, depois da morte do Marighella. Um grupo que era da ALN e que estava exilado em Cuba decidiu montar



uma outra organização guerrilheira chamada MOLIPO para voltar ao Brasil e retomar a guerrilha contra a ditadura militar. Desse grupo de aproximadamente 20 pessoas que voltaram para o Brasil, sobreviveram 3, apenas. Os restantes ou foram mortos em combate na rua ou foram mortos sob tortura. Desses 3, um dos sobreviventes é o hoje Deputado José Dirceu. Eu o procurei há cerca de um ano, mais ou menos, para saber se ele se disporia a me dar informações para montar a história do MOLIPO. Ele disse que sim, que se dispunha a me dar declarações e documentos que eventualmente tivesse. Não cheguei a gravar com ele formalmente, porque ele não tinha tempo. Eu marcava para vir a Brasília, e ele não podia. Eu o esperava em fins de semana em São Paulo, ele ia e acabava não gravando comigo. Até que no começo deste ano eu li nos jornais que ele ia passar o feriado de Carnaval em Cuba. Eu liguei e perguntei a ele se eu podia acompanhá-lo, se podia estar junto, porque eu gostaria de ir com ele aos lugares onde viveu, onde trabalhou, onde foi treinado militarmente, enfim, acompanhar um pouco, reconstituir um pouco do período em que ele viveu em Cuba. Ele disse que sim. Eu aproveitei e levei um câmera. Tudo pago do meu bolso, passagem. Tenho, se precisar, nota de tudo, câmera que alugamos no Brasil e até o pagamento de um funcionário da televisão cubana, um iluminador. Temos o recibo que foi dado, pago por mim e pelo Abelardo, que era o cinegrafista. Passei menos de uma semana com ele em Havana e em outras cidades de Cuba. Durante esse período, eu tive a oportunidade de ter acesso a detalhes da vida dele em Cuba, detalhes da vida dele que eu desconhecia e que, na verdade, fizeram aumentar a convicção que eu tenho de que se trata de um homem de caráter. É uma convicção. Não tenho nada com ele. Não devo nada a ele. Ele não me deve nada. Eu não tenho absolutamente nenhuma relação de nenhuma natureza com este Governo, senão o fato de ter votado neste Governo. Mas a minha ida a Cuba junto com ele, ter visto pessoas que conviveram com ele lá, fez com que se consolidasse a minha convicção de que se trata de um homem limpo, de um homem de caráter. Eu acedi ao convite que o Deputado José Dirceu me fez para vir aqui depor como testemunha com base nisso, com base nessa convicção. Eu acho muito difícil, eu tenho uma dificuldade muito grande — eu estou dizendo isso para o Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, com a mais absoluta honestidade —, eu tenho uma dificuldade muito grande de acreditar que



alguém que dedicou a sua vida inteirinha a uma idéia, independentemente de estarmos de acordo ou não com essa idéia, alguém que dedicou sua vida a isso, alguém que poderia ter uma vida materialmente tranqüila hoje, um homem que está com 60 anos — 60 anos não são 60 dias, já dizia o Nelson Rodrigues — não iria emporcalhar a sua biografia, não iria enxovalhar a sua história por causa de dinheiro. Estou absolutamente convencido disso. Para encerrar, Sr. Presidente, ocorreu-me um fato. Quando eu estava organizando o jantar para o então Ministro José Dirceu, num fim de semana, eu estava em casa ligando para os convidados para saber quem vinha e quem não vinha, e a minha filha de 20 e poucos anos chegou e, ouvindo aquilo, me perguntou, num dos intervalos, sob os efeitos da fuzilaria da mídia, do noticiário contra ele, ela me perguntou: *“Pai, você está convencido de que você está fazendo a coisa certa?”* Eu disse para ela: *“Rita, se algum dia eu descobrir que o Deputado José Dirceu colocou no bolso um centavo de dinheiro público, de dinheiro que não era dele, a surpresa vai ser tão grande para mim quanto será para você se você souber que eu fiz isso”*. Então, não estou aqui prestando favor a ninguém. Estou absolutamente seguro do que estou fazendo, mas achei que era necessário fazer essa introdução, que acabou não sendo tão breve, para dar um pouco às Sras. e Srs. Deputados, pelo menos um pouco da noção do que é que me traz hoje a esta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Muito obrigado. Com a palavra o nosso Relator, Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, senhor jornalista e escritor, amigo, posso dizer assim, de família, Fernando Morais, pessoa da qual temos todos nós orgulho de ter hoje no Conselho de Ética em função da sua história e sua trajetória; advogado Dr. José Luís, com o qual temos tido a melhor relação nesse processo de que tratamos; Sras. e Srs. Parlamentares, Assessores, companheiros da imprensa, antes de fazer um questionamento rápido, eu gostaria só de trazer uma indagação a este Conselho e um questionamento a todos nós. O Ato nº 17, da Mesa da Câmara dos Deputados, de 5 de junho de 2003, no § 1º, diz o seguinte: *“A manifestação de que trata o caput deste artigo não impede que o Corregedor, no curso do procedimento inquisitorial que preside, solicite o depoimento do Deputado representado, se assim entender necessário.”* Eu estou



dizendo isso porque nós temos que ver nesta Casa e no outro Poder os pesos e as medidas. O ex-Deputado André Luis impetrou 2 mandados de segurança sem nenhum resultado efetivo no Supremo acerca de o seu depoimento não ter sido feito na Corregedoria e ter sido encaminhado diretamente ao Conselho de Ética. E hoje, numa atitude do Supremo de intromissão nas nossas prerrogativas, temos que dizer isso claramente aqui, nós tivemos a concessão de liminar no mandado de segurança impetrado por 6 representados que teriam sido encaminhados pela CPI à Corregedoria da Casa. Este é o conhecimento que eu queria dar a este Conselho e deixar aqui, como Relator de um dos casos de representação, o nosso protesto e o nosso reconhecimento contrário a essa postura. Vou diretamente aos questionamentos ao Dr. Fernando, até porque hoje nós temos a honra de tê-lo, mas temos um dia bastante conturbado na Casa — o aparecimento das questões do nosso Presidente, das provas. Temos, ao final... Eu até quero agradecer a participação ainda do Deputado Jairo Carneiro, porque hoje é a votação do processo do Deputado Roberto Jefferson no plenário. Então, vou pedir a anuência do senhor advogado dos colegas pares para já esquivar das duas primeiras perguntas que faria a V.Sa.: quando e em que circunstância conheceu o Deputado José Dirceu? Na sua introdução já foi respondida. Como foi sua convivência ao longo desses anos com o Deputado? Ao longo da introdução já foi respondida. Eu só gostaria que o senhor reiterasse, a despeito de uma terceira pergunta, que o senhor também já respondeu, qual foi a última vez em que o senhor esteve com o Deputado José Dirceu.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Estive com ele hoje, antes de vir aqui; estive com o advogado dele, com ele, para cumprimentá-lo e, antes disso, há cerca de uma semana ele esteve em Minas Gerais, foi conversar com o Presidente Itamar Franco e, na volta, passou pelo Rio de Janeiro, onde eu estou um pouco morando atualmente, em função do meu trabalho. Então, foram as duas últimas vezes em que estive com ele.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, hoje e semana passada?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Hoje e semana passada.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quantas vezes... O senhor disse também, mas é importante ressaltar, foram diversas, mas, no período em que o



Deputado José Dirceu foi Presidente do Partido dos Trabalhadores, nesse período que o senhor transcreveu das eleições de 2002, o senhor esteve com ele diversas vezes?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Não. Só essas vezes a que fiz referência. Eu fiz uma pesquisa mais ou menos minuciosa nas minhas agendas — com o computador, hoje, essas coisas ficam mais fáceis —, e foram apenas essas vezes. Pode ser que uma ou outra vez eu tenha me encontrado socialmente com ele — você vai à casa de alguém, num jantar, e lá está o Dirceu. Certamente me lembro de pelo menos um jantar que foi oferecido ao ex-Presidente José Sarney, em São Paulo, pelo Dr. João Sayad, e eu fui convidado. Cheguei lá, estava o Ministro José Dirceu, nos cumprimentamos e não nos vimos mais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, aquelas vezes que o senhor citou, na introdução, teriam sido no processo da retirada da sua candidatura ao Governo e o apoio, no dia seguinte, ao Lula.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Ao Lula.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E ter entrado na campanha do Presidente Lula.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nesse período vocês tiveram alguns contatos?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Tivemos contatos com uma certa frequência: “Onde é que vai ter comício?” “O que precisa?” Eu me lembro de ter participado... Por exemplo, o Dirceu ligou para me convidar para falar em nome dos escritores no último comício do Lula, no último ato público do Lula antes do segundo turno, que foi um ato no Canecão, no Rio de Janeiro. Gilberto Gil falou pelos músicos, fulano falou por não sei quem e na hora me indicaram para falar em nome dos escritores. Então, tinha esse contato, talvez fosse mais por telefone do que pessoalmente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E, enquanto Chefe da Casa Civil, o senhor teve quantos contatos com o então Ministro José Dirceu?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Um, um contato, no dia em que vim, liguei de São Paulo e vim a Brasília, fui ao gabinete dele — deve estar



registrado, entrei por volta de 1 hora da tarde, devo ter saído por volta de 1h40min, 2 da tarde. Fui lá para dizer a ele que eu e um grupo de amigos estávamos querendo fazer um jantar na minha casa para ele, em homenagem a ele. Queria saber se ele estava de acordo. Saí, ele estava de acordo, eu fui embora. Nesse compromisso, inclusive, eu não estava só, eu estava acompanhado da dramaturga Consuelo de Castro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O jantar que o senhor fez em função das denúncias do Waldomiro, naquele episódio?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Exatamente, exatamente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Ao Palácio do Planalto, então, o senhor teria ido só essa vez também...

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Palácio do Planalto só fui essa vez, e Palácio da Alvorada só para ver o filme.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sim.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Não pisei outra vez no Palácio do Planalto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Depois da denúncia do Deputado Roberto Jefferson, as denúncias que vieram à tona através da imprensa, o senhor esteve com o Ministro José Dirceu, então, nesses encontros com o já Deputado José Dirceu, quando ele saindo no Rio de Janeiro e hoje?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Ah, sim, eu me esqueci, desculpe, uma falha da minha memória, irrelevante. Em abril deste ano, o meu livro mais recente, *Na Toca dos Leões*, foi proibido em todo o território nacional por uma decisão de um juiz de Goiânia, Dr. Jeová Sardinha, atendendo a um pedido do Deputado Ronaldo Caiado, que se sentiu ofendido por uma passagem do livro. E o juiz decretou, e o livro foi proibido em todo o território nacional. E numa pena surpreendente até numa ditadura, além de proibir o livro, o Sr. Juiz me proibiu de falar em público da razão que levou o Deputado Ronaldo Caiado a me acionar, sob pena de multa de 5 mil reais cada vez que eu fizesse a manifestação. Então, eu pediria respeitosamente à Mesa que não me pedisse que falasse isso porque, juridicamente, eu sou obrigado a recolher 5 mil reais aos cofres do Judiciário se fizer uma referência. Por causa dessa violência de que eu estava sendo vítima, eu recebi



apoio da ABI, da OAB, do Sindicato dos Donos de Jornais, dos sindicatos de empregados em jornais, da Academia Brasileira de Letras, do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que fez um artigo no jornal *O Estado de S.Paulo*, e recebi um telefonema do então Ministro José Dirceu dizendo que queria me oferecer um coquetel, fazer uma reunião de desagravo à violência de que eu estava sendo vítima e, de fato, fez em São Paulo — não saberia precisar o dia —, num lugar público, no Instituto Tomie Ohtake, reuniu um grupo de amigos, eu falei, ele falou e acabou. Foi isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Isso foi em abril?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Abril ou maio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Abril ou maio deste ano?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Eu estou falando de abril porque a proibição foi no começo de abril e, portanto, foi em meados de abril ou começo de maio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sim, então vocês estiveram fora da Casa Civil lá num jantar em São Paulo.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - No Instituto Tomie Ohtake, público, coberto pela imprensa...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - *O.k.*

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Parlamentares estavam presentes, alguns dos Parlamentares aqui presentes estavam lá.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E depois das denúncias só...

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Por telefone.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... por telefone...

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Por telefone.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... no dia em que ele o convidou, no Rio e aqui, hoje.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - De acordo com o editorial do jornal *Valor Econômico*, em 15 de junho de 2005, quando Presidente do PT, o Deputado José Dirceu teria montado uma estratégia para assumir o controle do partido, que consistia não apenas em impor a vontade da maioria sobre a minoria, mas também



em mobilizar os discordantes. Temos alguns representantes no nosso Conselho, dentro do PT. Essa estratégia teria dado ao comando, à cúpula do partido, independência em relação ao próprio partido, ao comando que ele coordenava. O então Deputado, e posteriormente Presidente do partido, José Genoíno, supostamente teria herdado uma máquina montada.

O senhor concorda com esse raciocínio, com essa análise sobre a montagem da máquina partidária que foi atribuída ao Deputado José Dirceu, e que o então Presidente José Genoíno teria, dessa forma, conduzido-a, sem nenhuma alteração?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Olha, eu não tenho informação, não disponho de informações, seria leviano dizer qualquer coisa a esse respeito, porque eu não tenho absolutamente nenhuma familiaridade com a vida interna do PT. Não sou militante do PT. Até hoje só participei de um partido durante toda a minha vida. Sou militante do PMDB até hoje, eu diria que um militante meio mitigado, vou muito pouco ao partido, participo muito pouco da vida partidária, mas não tenho absolutamente nenhuma relação com o PT, não sei do que se passa lá dentro. O Deputado Ministro Zé Dirceu em nenhum momento fez qualquer referência comigo de fatos da vida interna do Partido dos Trabalhadores. Minha única relação com o PT é ter votado nele em algumas ocasiões.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Sa. também relatou aqui, na história da formação, não formação como disse ontem o nobre Deputado Edmar, mas na formação clandestina de guerrilheiro, no período do exílio, em Cuba, do Deputado Zé Dirceu, da sua história e dessa concepção, em que consistia. Então, eu pergunto: na concepção política do Deputado Zé Dirceu caberia um projeto de tomada de poder onde a democracia seria mera escada para o mesmo, como diria Joaquim Nabuco?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Não acredito. Não acredito. O que conheço do Zé Dirceu não me dá o direito de acreditar nisso, até porque todos os postos que ele obteve até hoje na vida foram conseguidos democraticamente, a voto, seja na vida interna do partido, e eu sei disso pelo noticiário, seja na vida pública. Eu não sei de nenhum cargo que ele tenha ocupado *manu militari*. Não posso, não posso concordar com essa visão que se tem do caráter dele.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Na verdade, o testemunho de V.Exa. confirma o questionamento que eu iria dizer, e V.Exa. já falou. O senhor afirmou, em entrevista dada ao jornal *Zero Hora*, agora, em agosto recente, que é difícil que tudo estivesse acontecendo do jeito que estava, com o conhecimento de Dirceu, um sujeito, aos 60 anos, que várias vezes colocou a vida em risco, chegando a fazer plástica para mudar o rosto. Fez tudo isso em nome de quê? de ficar rico? Não bate. Fez isso em nome de idéias? de uma luta? Dirceu não cuspiria na biografia por causa de dinheiro.

E eu lhe pergunto: a questão nossa, neste momento, não só exclusivamente com o caso do Deputado José Dirceu, mas com o que acontece com a Casa, não é saber se o Deputado José Dirceu colocou dinheiro no bolso.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu também não acredito que isso tenha acontecido. A gente está discutindo se ele coordenou um esquema de cooptação de recursos e captação de recursos, e distribuição dos mesmos para Caixa 2, para financiamento de campanha em 2004, para pagamento de despesa pessoal, o que quer que seja, o que estamos chamando de mensalão, para montagem desta base de Governo no Congresso. Nisso, o senhor acha que é possível?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Deputado, se o senhor me permitir, cada pessoa tem certamente vários critérios para julgar alguém. Um critério que é quase senso comum entre as pessoas é o passado. Eu só posso falar a seu respeito, só posso julgar o senhor a partir do que o senhor fez, não do que o senhor promete que virá a fazer, nem do que o senhor disse que fez, mas daquilo que o senhor efetivamente fez ao longo da sua vida. Quem conhece razoavelmente a vida de Zé Dirceu, apesar de não ter intimidade pessoal com ele, quem conhece razoavelmente bem a vida do Deputado José Dirceu, como eu conheço, não pode acreditar que ele tivesse se responsabilizado por isso a que o senhor se referiu: um esquema ilegal, criminoso de recolhimento e distribuição de dinheiro, para cooptar Parlamentares. Não acredito.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Até porque V.Sa. disse que, da história dele nos anos 60, o senhor não acredita que ele iria fazer isso para ficar rico, o que nenhum de nós acredita.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - De maneira nenhuma. E se o senhor me permitir, eu posso dar um testemunho pessoal de relação de aliança partidária com o partido que era dirigido pelo Sr. José Dirceu, no meu caso. Em nenhum instante - posso chamar as testemunhas que os senhores quiserem - se falou de dinheiro. Em nenhum instante. Não disse: "Olha, eu vou lhe dar mil camisetas para vocês apoiarem o Lula." Nada, absolutamente nada. Nem dinheiro, nem material de campanha, nem veículo. Nada, nada, nada.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nós sabemos e V.Sa sabe muito bem, e quem estudou a história, principalmente marxista e leninista — quero lhe dizer que não tenho nem pretensão de ter suas qualidades como escritor e jornalista —, mas, enquanto estudante, fazia teatro e interpretei Karl Marx e tive que me dedicar um pouco nos trabalhos, em *O Capital* e outros livros. E mesmo não tendo barba ou cabelos brancos, que hoje tenho, tive que fazer uma trajetória para interpretá-lo.

E a máxima dos partidos comunistas é que os fins justificam os meios. Para poder idealizar esse projeto, a comprovação de um projeto de poder, o senhor acredita que, nesse momento, era de conhecimento ou aprovação, ou até a idealização, do Deputado José Dirceu de que a tomada de poder, baseada nesses moldes, se justificaria?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Olha, são duas questões aí. Primeiro, se eu acredito que o Deputado José Dirceu compartilha dessa máxima de que os fins justificam os meios. Não acredito que compartilhe. Em segundo lugar - já que é para falar a verdade aqui - é preciso dizer o seguinte também: que fins? Esse Governo está reproduzindo a cartilha econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso. A reforma agrária não avança. O Governo continua cumprindo o que o Fundo Monetário Internacional determinou. A taxa de juros do Brasil é a mais alta do mundo. Esses fins não justificam meio nenhum, mas ainda que eles, de fato, estivessem fazendo um Governo transformador da face brasileira, que estivessem mexendo na raiz dos problemas brasileiros, ainda assim, não acredito que o



Deputado José Dirceu disse: "Não. Como o objetivo é nobre, eu posso cometer um crime no caminho." Não acredito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mais uma vez quero concordar com V.Sa e dizer que nós apostamos, não só o seu voto, como o meu, no Presidente Lula no segundo turno, acreditando em um projeto de Governo e desenvolvimento social para esse País. E, infelizmente, ao longo desse período, nós vimos transformarem em um projeto de poder e esses seriam os fins que, infelizmente, podem não vir a ter o sucesso que nós desejávamos porque foi confundido o projeto e porque um senhor que, talvez, estava participando desse esquema, Deputado Roberto Jefferson, resolveu desnudá-lo para a sociedade brasileira. Talvez, esse tenha sido o fim do projeto de poder que era aquele que nós não conhecíamos como, inocentemente ou na maior boa-fé, apostávamos, votamos, tivemos esperança e acreditamos.

Para finalizar, como minha última questão, Dr. Fernando, como jornalista que analisa e conhece bem as pessoas e suas personalidades, eu lhe pergunto: todo esse escândalo, toda essa ousadia dentro do Partido dos Trabalhadores, toda essa estrutura de corrupção, está sendo atribuída, pelo partido, pelo Governo e por muitos outros, ao Sr. Delúbio Soares, então tesoureiro e, hoje, ainda membro do Partido dos Trabalhadores, por força de decisão judicial.

Eu pergunto: o senhor acredita que um esquema como esse, nessa amplitude e proporção, possa ter sido montado, armado, dirigido, orquestrado, conduzido, e tendo a conseqüência que teve, exclusivamente, pelo Sr. Delúbio Soares? É a minha última questão.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Olha, Deputado, V.Exa. haverá de concordar comigo que o fato de eu não ser militante do Partido dos Trabalhadores me leva a ter uma opinião absolutamente subjetiva a esse respeito. Eu, ontem, assisti, pela televisão, ao depoimento do ex-Deputado José Genoíno, aqui, e a uma pergunta idêntica ou semelhante à que o Sr. está me fazendo, ele respondeu que o tesoureiro do partido, Secretário de Finanças, não sei o título oficial, era responsável por tudo que se referia à entrada e saída de dinheiro do partido. Não me parece uma coisa da lua, não me parece uma explicação lunática. Em geral, quem cuida de finanças num partido é o secretário de finanças. Agora, não saberia dizer para o



senhor se ele agia por conta própria, se agia por ordem de Fulano, de Beltrano. Eu vou dizer ao senhor, seria uma leviandade eu dizer isso até do meu próprio partido hoje. Eu não sei dizer, dentro do PMDB, se o tesoureiro age por conta própria ou se presta obediência ao Secretário-Geral ou ao Presidente. Honestamente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu agradeço a honra de ter conversado com o Sr. Fernando Gomes de Moraes.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Muito obrigado. É recíproca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Dr. José Luis Oliveira Lima, que é o advogado do Representado.

O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, ilustre Relator, eu também queria aqui, de público, agradecer a maneira gentil, cordial com que V.Exa. tem tratado a defesa desde o início dos nossos trabalhos. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, jornalista Fernando de Moraes, Sr. Presidente, em virtude da brilhante exposição inicial da testemunha, bem como da inquirição feita pelo Relator, entendo que a testemunha, o jornalista Fernando de Moraes, esclareceu prontamente as questões que eu iria formular. Portanto, eu me dou por satisfeito e não pretendo fazer nenhuma pergunta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A Presidência agradece.

Com a palavra o Sr. Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Deputada Angela Guadagnin, nobre Relator, senhor escritor e jornalista Fernando de Moraes, nobres colegas, senhores advogados. Eu creio realmente que o advogado pontuou muito bem. Foi brilhante a inquirição feita pelo nobre Relator e a demonstração de sabedoria de V.Exa. também aqui para todos nós. Eu faço algumas questões muito pontuais. V.Exa. traz aqui, a este Conselho, hoje, um atestado de idoneidade moral do Deputado José Dirceu, concorda? V.Exa. conhece os fatos que são imputados à conduta dele, que constam do processo? Tem conhecimento dos fatos imputados a ele?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas não tem conhecimento de vivência, de informação sobre os fatos.



O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, V.Exa. não tem condições de contribuir nesta parte...

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Não. Nesta parte eu não tenho.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ...para esclarecimento da verdade que estamos apurando e investigando. Eu creio que é valioso termos aqui a sua presença, mas infelizmente não podemos extrair de V.Sa. maiores elementos para o nosso trabalho.

Obrigado.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Eu, se V.Exa. me permitir, eu gostaria de dizer que acredito que a minha presença aqui, se assim for, talvez possa dar uma contribuição, ainda que modesta, para que as senhoras e senhores possam formar um juízo — não é dizer vi isso, não vi aquilo, vi o cheque, não vi o cheque. Não. Para a formação de juízo, suponho que estejam todos aqui, e acredito — suponho não, acredito —, sem nenhum prejulgamento, sem nenhum preconceito. E acho que, assim como poderá vir aqui alguém arrolado pela acusação para apresentar um outro retrato do Deputado José Dirceu, o meu depoimento poderá contribuir, ainda que de forma modesta, para uma formação de juízo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Permita-me, então, a única curiosidade que restou em mim — e que não seja impertinência de minha parte —, seria saber se V.Sa. teria, afinal, esclarecido, no jantar que ofereceu, a respeito daquele almoço de Cuba. *(Risos.)*

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Do tal almoço? Não. Até hoje é uma curiosidade. Deveria ter perguntado hoje se ele estava ou não estava na feijoada que deram para mim em Cuba. *(Risos.)* Até hoje não sei, porque ele tinha o rosto diferente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor nunca mais perguntou?

O Sr. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Não, mas vou perguntar. *(Risos.)*
Se vier a fazer o livro, vai estar no livro. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - As pessoas não devem ter entendido por que o Deputado Jairo Carneiro citou meu nome. É porque na hora em que assinei a presença inscrevi-me para conversar e interrogar. E S.Exa. pediu para ir na minha frente. E eu disse: “Não há problema algum, vou estar aqui mesmo”. As pessoas não devem ter entendido nada, mas é por isso. *(Risos.)*

Algumas das perguntas que eu tinha relacionado para lhe fazer, Sr. Fernando, o Relator já fez e não vou perguntar de novo para não cansar V.Sa.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas uma coisa quero deixar clara, até por conta dessa última frase que o senhor falou, que se está colocando como uma testemunha do caráter e da postura do Deputado José Dirceu. Então, exatamente por causa dessa sua afirmação, vou voltar a fazer uma das perguntas que eu tinha preparado para fazer, que era exatamente sobre a questão das negociações partidárias entre o PMDB e o PT, sendo o Deputado José Dirceu Presidente do partido, para uma aliança ou um possível trabalho em conjunto. Então, o senhor já afirmou, mas eu gostaria que o senhor nos informasse de que forma foram essas negociações, em termos de que foram essas conversas.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Bom, foram 2 ocasiões: a primeira, em 1990, segundo turno em São Paulo, o PT tinha uma rejeição muito forte ao nome do então Secretário Luiz Antonio Fleury, mas ao mesmo tempo o adversário era o Maluf. Então, era uma situação de enorme dificuldade. E em um regime democrático em que todos, não só os petistas, mas todos lutaram pelo direito ao voto, propor o voto nulo seria uma coisa muito ruim para o PT. Então, era uma situação complicada. Lembro-me, por exemplo, que o Deputado ou Vereador Eduardo Suplicy, na época ainda, chegou a propor, sugerir que o PT apoiasse o Fleury no segundo turno se o Fleury reconhecesse publicamente que os seqüestradores do Abílio Diniz tinham sido vestidos com camisetas do PT à força, para aparecer na imprensa, implicando, tentando estabelecer uma implicação, uma relação entre o seqüestro do Diniz e a campanha eleitoral. O Fleury obviamente não se dispôs a isso. Eu tinha sido indicado pelo PMDB para negociar com o PT, e pelo PT, além do Sr. Paulo Frateschi e do Paulo Okamoto, estava também a Prefeita de Santos, Telma de Souza. Em nenhum momento — eu sei porque não houve 2



peessoas negociando pelo PMDB, houve uma só, fui eu, exclusivamente nomeado pelo Governador do Estado, Presidente do partido e pelo candidato —, em nenhum momento se falou em qualquer coisa, em qualquer forma de retribuição material, nem em aliança: *“Olha, a gente apóia, mas vocês têm que dar tantos Deputados ou tantos Vereadores”*. Nada, absolutamente nada. No segundo caso, que foi em 2002, eu desde o princípio defendia que o PMDB tivesse candidato próprio à Presidência da República, achava que um partido, com a história do PMDB, não podia fazer uma aliança para disputar a Presidência da República. O PMDB tinha nomes, tinha Itamar Franco, tinha Roberto Requião, que eu me lembro, na época, em que eram cogitados, o Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e, portanto, eu não acreditava que fazia sentido nós irmos apoiar o candidato daquele que era nosso adversário, sobretudo lá onde nasceu o PSDB, que foi em São Paulo. O Diretório Nacional pensava diferente. O Diretório Nacional decidiu apoiar a candidatura do José Serra, coligar com o PSDB, e em São Paulo, quando fui convidado pelo partido para ser candidato a Governador, eu fiz uma única objeção, uma única exigência, se é que se pode dizer: *“Não vou apoiar a candidatura do PSDB à Presidência, vou apoiar a candidatura do Lula, ainda que isso possa vir a me custar votos, porque sei que há setores mais conservadores do PMDB, Prefeituras mais conservadoras do PMDB que não votariam no Lula, que não o apoiariam e isso significaria um prejuízo para mim”*. Apesar disso, procurei o José Dirceu, que eu sabia que era o chefe da companhia do Lula, e disse a ele que eu estava conversando com o Quércio, Presidente Estadual do Partido, para que ficássemos com o Lula. Isso avançou, houve várias conversas, e afinal o Quércio...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Todas as conversas o senhor fazia com a presença do José Dirceu?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Com a presença do José Dirceu, e finalmente a Executiva Estadual e seu Presidente, Orestes Quércio, anunciaram que o PMDB de São Paulo ia apoiar o Lula para Presidente da República. Eu participei das negociações até o fim, e em nenhum momento há possibilidade de que alguém possa ter feito isso sem que eu soubesse, porque o beneficiário seria eu, eu era o cabeça da chapa, chefe da campanha. Discutimos muito, era uma situação extremamente delicada para os dois lados, porque estávamos afrontando o



Presidente Temer, que estava propondo a aliança com o PSDB, e ao mesmo tempo o PT criando dificuldades com o Deputado Genoíno, que era candidato a Governador de São Paulo. Então, apesar de ser uma situação delicada, a articulação deu certo, e posso dizer à senhora com a mais absoluta segurança: não custou um tostão de mel coado, nada, nem um boné.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quero só fazer uma declaração: quando o Covas e o Maluf disputaram o segundo turno em São Paulo, o meu voto foi para o Covas, do mesmo jeito que lá atrás também foi para o Fleury.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Nessa ocasião eu também briguei muito dentro do PMDB, tenho testemunha na Executiva, para que o partido não apoiasse o Maluf e apoiasse o Covas, apesar das dificuldades que o PMDB de São Paulo tem com o PSDB.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Outra questão: o senhor afirmou que tomou conhecimento dos fatos dessa crise nacional através da imprensa, acompanhando os fatos na imprensa ou até acompanhando alguns depoimentos pela televisão. Qual foi o seu sentimento quando vieram essas denúncias, quando o nome do Deputado José Dirceu veio à baila como o mentor desse processo, inclusive com o depoimento do Roberto Jefferson aqui neste Conselho, já com esse depoimento, essa certeza, essa convicção íntima do caráter dele?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Eu reagi com duas palavras. Eu estava tomando café da manhã com minha mulher, que é muito rigorosa, muito linha dura com tudo em geral, e particularmente com as questões morais. Ela me deu o jornal com a entrevista do Deputado Roberto Jefferson, eu li, virei para ela e disse: "*É mentira*". Reagi assim: "*É mentira, isso não pode ser verdade*". E poderia ter repetido para ela o que tinha dito para minha filha: "*Se fosse verdade, me espantaria tanto quanto te espantaria se fosse eu o acusado*". Tenho absoluta convicção, estou aqui com minha consciência absolutamente tranqüila, vou dormir absolutamente em paz. Tenho 30 anos de vida pública, fui Deputado 8 anos, fui Secretário de Cultura, fui Secretário de Educação, dirigi uma Secretaria que tem um orçamento anual de 4 bilhões de dólares, mas podem me pegar pelos pés e sacudir que não cai um tostão de dinheiro público. Nunca, nunca houve nenhuma insinuação. Já demiti amigos



queridos, amigos que eu tinha há mais tempo do que conheço o Deputado José Dirceu, que eu tinha levado para a Secretaria de Educação; demiti por de longe suspeitar que pudesse estar havendo algum tipo de comportamento inadequado. Sou rigoroso, a palavra está na moda, não será demais utilizá-la. Para isso sou stalinista; para as questões morais, sou linha dura.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, dentro dessa sua fala o senhor considera totalmente improvável que o José Dirceu seja mentor desse processo?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Absolutamente improvável.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Obrigada.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Será para mim uma surpresa absurda se ele vier aqui agora e disser o seguinte: *“Eu confesso, eu sou responsável por tudo isso”*. Para mim, será seguramente uma das maiores surpresas da minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, ilustre depoente, é um prazer tê-lo conosco aqui neste Conselho. Sr. Relator, demais Conselheiros, V.Sa., Sr. Fernando, por ter compartilhado grande parte da vida do ex-Ministro e hoje Deputado José Dirceu, diria que ele é uma pessoa que tem coerência no seu proceder?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. teve conhecimento de acusações que ele fez no Governo passado contra o ex-Secretário-Geral da Presidência da República, Sr. Eduardo Jorge, inclusive prejulgando, num artigo e mesmo no Plenário da Câmara, fazendo contra ele 11 denúncias, todas elas arquivadas pelo Supremo? V.Sa. teve conhecimento desse fato?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Olha, eu tive conhecimento não só desse como de vários outros fatos ocorridos no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. No caso do Secretário Eduardo Jorge, o que me fica na memória é que o algoz dele na verdade não era o Deputado José Dirceu, mas um Procurador aqui de Brasília, Procurador... Não me lembro o nome.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Dr. Francisco.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Acho que é Luiz Francisco.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Luiz Francisco.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Digo isso porque, no dia em que indaguei isso ao Ministro, ele desculpou-se e disse que foi um erro da parte dele e nesse particular eu achei que ele reconheceu, e fiquei muito feliz por isso.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - O senhor me permite uma pequena intervenção?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pois não.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Como o senhor não estava aqui quando eu fiz a minha exposição, reafirmo que eu próprio já fui vítima de acusações do Deputado José Dirceu, quando eu era Governo e ele Oposição, eu próprio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Acho que realmente eu não estava aqui. Agradeço. V.Sa. tem conhecimento de que ele sempre foi um batalhador para que as coisas fossem investigadas ao longo da vida dele, sempre uma pessoa que se preocupou em trazer luz a qualquer denúncia que fosse feita contra qualquer tipo de governo. Esse era o proceder dele?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Olha, sim. O senhor está traçando um perfil genérico. Não sei se isso é para me conduzir a uma questão seguinte que diga: *“Bom, se o senhor acha que ele era coerente, como é que o senhor reage a tal situação?”* Eu quero dizer o seguinte, também porque o senhor não estava aqui: desculpe-me, mas eu acho que a contribuição que a minha presença aqui pode dar, se é que pode dar alguma, é para que V.Exas., Sras. e Srs. Deputados, tenham argumentos a mais para formar juízo. Não é para absolver nem para condenar o Deputado José Dirceu, é para formar juízo a respeito de quem é a pessoa que está em questão.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Veja, Sr. Fernando, na verdade as minhas colocações são sempre no sentido de ajudar na formação desse juízo, até pela minha formação, como Promotor de Justiça. O que eu quero é que a verdade venha à luz, que não prejudiquemos quem quer que seja, mas é que o Ministro José Dirceu sempre reclamou que a imprensa o prejudicava. E daí eu fiz uma colocação



para ele de um caso onde ele prejudgou, e V.Sa. fez uma referência aqui a um outro fato que ele prejudgou com relação a V.Sa. mesmo. Se essa postura dele é de uma pessoa que sempre quis investigar todo tipo de denúncia, se coaduna — e não é para mostrar incoerência sua, mas incoerência dele — se coaduna com a postura de quem vai à casa de um Deputado pedir que ele retire a sua assinatura de uma CPI para que não venha à luz tudo que está vindo através da CPMI dos Correios?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Olha, se o senhor me permitir, Deputado, eu ontem... Aliás, não vi o depoimento do Deputado Aldo Rebelo, mas li extratos, excertos hoje nos jornais, em que o Deputado disse que ele também, que é outro homem de bem, que eu conheço razoavelmente bem, também tentou impedir que a CPI tivesse curso, pelas mesmas razões, por exemplo, sem que V.Exa. veja isso de maneira nenhuma como uma provocação, como o próprio Presidente Fernando Henrique dizia que CPI atrapalha Governo, CPI impede o Governo de funcionar. Pode ser... Estou dizendo, é subjetivo. Ele nunca me disse isso. Pode ser que tenham sido movidos, tanto ele quanto o Ministro Aldo, por esta preocupação e tenham tentado impedir a CPI. Não acredito que esse gesto tivesse sido para acobertar algum tipo de delito.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pedir para retirar a assinatura para instalação de uma CPI não necessariamente queria dizer que ele não queria investigar, teriam outros mecanismos que...

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Digo isso pelo seguinte. Quando o Presidente disse isso à época, o Presidente Fernando Henrique, foi muito criticado pelo próprio José Dirceu. O argumento do Ministro na época do Presidente Fernando Henrique era o de que a Polícia Federal e o Ministério Público já estavam investigando e a CPI poderia atrapalhar os trabalhos do próprio Congresso. Hoje, é o argumento que o Ministro José Dirceu usa, que ele foi lá tentar tirar a assinatura porque isso poderia atrapalhar. Eu só faço essa reflexão sobre como quando as posições são diferentes os posicionamentos também são diferentes. Isso é uma coisa irrefutável.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Se o senhor me permite, estabelecer uma similitude entre o comportamento dele e o comportamento do então



Presidente Fernando Henrique Cardoso não é danoso para ele. O Presidente Fernando Henrique Cardoso é um homem de bem. Ter tido um comportamento semelhante ao que teve o Presidente Fernando Henrique — tenho desavenças, tenho divergências com os ex-Presidente Fernando Henrique, como tenho com o Deputado José Dirceu. Agora, comparar um ao outro eu acho que...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, não, nem teria sentido. Eu só estou dizendo o seguinte: quando estão em posições diferentes... O Ministro José Dirceu, estando na posição de oposição, adotava uma postura; estando na posição de Governo, adota outra, que é uma posição idêntica à que o então Presidente adotava nesse aspecto, de entender que a CPI poderia obstaculizar os trabalhos. Tão-somente nesse sentido. É porque essa postura é importante e, às vezes, é até perfeitamente justificável. Ser oposição é uma coisa; ser Governo, é outra. Eu também acho que o Presidente Lula, em que pese às inúmeras divergências, é uma pessoa de bem. Isso não tem a menor dúvida, assim como tenho uma profunda admiração pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Só fiz essas ponderações para consignar a V.Sa. que essas incoerências, se acontecem, são típicas da mudança de papéis, mas que elas ocorrem, ocorrem. E, no caso concreto que nós estamos investigando, ocorreram. Agradeço a participação de V.Sa.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, meu caro Relator e contrerrâneo, Deputado Júlio Delgado, Sras. Conselheiras, Srs. Conselheiros, Srs. Deputados e demais presentes, meu caro Prof. Dr. Fernando Moraes, com certeza, a presença de V.Sa. no Conselho de Ética enobrece e contribui muito para este Conselho.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Com certeza, eu não vou lhe fazer nenhuma pergunta, porque eu me dei por satisfeito mercê da competência do nosso Relator e de outros Deputados e Deputadas que se seguiram. O senhor exauriu completamente alguma dúvida que eu poderia ter. Mas eu concordo com V.Sa., ao dizer que o senhor evidentemente não tinha assim maiores detalhes para nos



fornecer, mas eu entendo que uma pessoa da competência e da seriedade de V.Sa., do seu currículo, ajuda na formação de um juízo, e com certeza essa ajuda para mim foi absolutamente positiva a tudo aquilo que nós estamos agregando nessas apurações.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, para lamentar, como o senhor disse na sua fala, a censura, a proibição do seu livro.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - E até o impedimento de o senhor se pronunciar é uma coisa que absolutamente não se admite. Mas, evidentemente, sem fazer nenhuma brincadeira, parece que o livro é *Na Toca do Leão*. O senhor não poderia esperar de um meritíssimo que se chama Sardinha ter nenhuma compatibilidade com esse leão. (*Risos*) Esse registro é absolutamente meu.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu faço coro e quero ratificar as palavras do Deputado Júlio Delgado, de que está havendo — com todo o respeito — uma intromissão indébita no Judiciário ao Legislativo, na independência do nosso Poder. Isso prova que o Legislativo hoje se encontra acéfalo, que nós estamos claudicantes e, mais do que nunca, que nós temos de nos insurgir contra esta interferência indébita, porque o Legislativo Federal, a Câmara dos Deputados, com certeza, tem mecanismos suficientes, competentes e isentos para recorrer a qualquer recurso que possa vir de algum Deputado que se sinta, de certa forma, prejudicado.

Então, fica também esse meu registro, e agradeço mais uma vez a presença de V.Sa., que veio colaborar com o trabalho deste Conselho de Ética.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Muito obrigado, Deputado. Só queria adicionar algo. O senhor cumprimentou o Relator como seu co-estaduano; eu também sou mineiro, sou de Mariana. Somos todos montanheses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Deputada Angela.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu lembrei agora, enquanto o Edmar Moreira estava falando sobre a questão do processo do juiz que impediu seu livro, que impediu o senhor de se manifestar. Eu li outro dia, na imprensa, que um juiz, em Goiás, também condenou o Pró-Vida, de Anápolis, a pagar 5 mil, porque



eles usaram o termo “abortista” para as pessoas que defendem o aborto. Então, é parecido com seu processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, escritor Fernando de Moraes, para mim é oportunidade muito rara, como seu leitor, poder ter com o senhor uma conversa rápida neste momento no Conselho de Ética.

Diferentemente de outros, acho que o senhor contribui, sim, para trazer luzes à verdade, dentro do que o senhor conhece e da forma como o senhor, um crítico da realidade, participante do processo político, a entende. Entendo que o senhor contribui muito para este Conselho.

Quando escreveu *Chatô*, o senhor passou um bom período analisando a realidade brasileira e as influências dentro de Governos: Assis Chateaubriand e as questões que decorreram da compra e venda no Banco do Brasil. Na realidade, o que analisou na época e hoje, onde elas se imbricam na realidade atual? Onde há o jogo forte de influência no que aconteceu antes e no que acontece ou pode ter acontecido agora?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Deputado, a impressão que tenho é de que seria muito difícil, no Brasil de hoje, apesar de todos os pesares, sobreviver um personagem como Assis Chateaubriand, seja pelo bem, seja pelo mal. Nem seus traços bons vemos nos milionários de hoje — o mecenato, a generosidade. Ele montou um museu na Avenida Paulista, em São Paulo, que é dos maiores museus do hemisfério sul. Não conheço outro museu, no hemisfério sul, que tenha dois Rembrandt, que tenha Matisse. Já não vemos mais milionários que fazem esse tipo de coisa. E é um museu público, não é um museu da família dele. Qualquer um dos senhores ou das senhoras, eu, qualquer pessoa, temos acesso a tudo isso, porque é um museu público. Mas, ao mesmo tempo em que não há mais mecenas como Chateaubriand, felizmente, para nós, o Brasil já não aceita mais barganhas políticas como as que eram feitas na época. Ele perdeu uma eleição para o Senado... Perdão. Antes, quando ele decidiu que queria ser Senador, não havia eleições para Senador naquele ano, não havia vaga aberta para Senador, mas ele queria ser



Senador. Inventaram uma vaga no Maranhão, contra a vontade do então Deputado Estadual José Sarney, que incendiou um caminhão de revistas *O Cruzeiro* para protestar. Inventaram uma vaga. Deram para ele domicílio eleitoral no Maranhão. O titular renunciou. O suplente renunciou. E ele disputou com toda a máquina em volta. No dia seguinte, era Senador, de uma hora para outra. E não era ano eleitoral. O fato de episódios desse tipo de não se repetirem mais, de não haver ambiente, de não haver atmosfera no Brasil, de haver vigilância da opinião pública e da sociedade para impedir que esse tipo de coisa se repita, é muito bom, é muito saudável. Então, é difícil de dizer. As pessoas perguntam: “*Mas o Roberto Marinho não teria sido o Chateaubriand do fim do século?*” Nem esse tipo de comparação acredito ser possível de se fazer, porque são pessoas com traços de personalidade completamente diferentes. Não vejo possibilidade de que se dê no Brasil de hoje coisas como as que aconteciam no período de Chateaubriand.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor esteve com o Deputado José Dirceu em Cuba?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Sim.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - De que forma era feito o financiamento das atividades em Cuba no período que ele esteve lá, escritor Fernando Morais? Isso foi conversado à época?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Sim.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - De que maneira?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - O Governo cubano mantinha todos que estavam exilados lá, fossem guerrilheiros ou não.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Não eram recursos que saíam do Brasil ou vinham de outra parte (*ininteligível*) ?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Não, não, não. Nada. Era financiado pelo Governo cubano. Não só brasileiros, mas havia outros movimentos. Era o auge da Guerra Fria, e Cuba estava decidida a apoiar movimentos que se insurgissem contra ditaduras. Nunca Cuba financiou ou apoiou qualquer movimento armado contra a democracia. Nunca. Não há um único exemplo. Nenhum. E eram fundos cubanos, era generosidade do povo cubano.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor acredita que pode ter havido remessa de dinheiro do Partido dos Trabalhadores ou outro tipo de financiamento do exterior, recursos do exterior?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Não. Não tenho...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - *(Ininteligível)* informação. O senhor fez uma análise que o PSDB e o PT têm origens semelhantes e comportamentos semelhantes também. O senhor é do PMDB?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Sou PMDB.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor inclusive deu algumas observações claras com relação a restrições de apoios ao PSDB.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Sim.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas existem práticas — e o Deputado Carlos Sampaio chama a atenção —, existem práticas semelhantes em um e outro, em circunstâncias diferentes.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Em que partidos? PSDB e...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E PT. Estou falando de semelhanças entre um e outro. Houve compra de voto aqui na reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso — o Deputado Ronivon Santiago está aí, é testemunha viva —, e hoje há outro processo de compra de votos. O senhor entende similitude nessas ações? São ações coordenadas? De onde partiram essas ações?

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Não, não acho que sejam ações coordenadas, não acho que tenha relação uma coisa a ver com a outra, mas acho que são delitos semelhantes. Estou falando como leitor, como cidadão.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Claro. O senhor foi Secretário de Estado, o senhor...

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Acho que são delitos semelhantes. E olha, Deputado, se o senhor quiser saber, honestamente, uma convicção que eu tenho, que é subjetiva, é a seguinte: o Deputado José Dirceu, a impressão que eu tenho, é de que ele não está sendo julgado pelo que fez, mas pelo que é, pelo que significa, pelo que representa, pelo que representava. Era evidente, isso nunca era falado, mas procurou-se... Na opinião pública, vamos chamar de progressista, não sei se a acepção é correta, ele era identificado dentro do Governo



Lula como uma pessoa que liderava uma tendência que pretendia transformações mais profundas, quando, do outro lado, teria tendência que se submetia mais ao Fundo Monetário Internacional, a uma política herdada do Governo Fernando Henrique. Eu acho que ele está sendo punido, que está se tentando puni-lo não pelo que ele fez ou deixou de fazer, mas pelo que representa. É a maneira de degolar. É aquilo que o ilustre Senador Bornhausen disse na televisão, para espanto do País inteiro, uma declaração eugênica de dizer o seguinte: *“Essa crise toda tem um lado muito bom, porque vamos nos livrar dessa raça pelos próximos 30 anos”*. Essa raça não é só o PT, não; essa raça sou eu também. Então, é isso. Não é se roubou, se não roubou, se tirou dinheiro, se fez mensalão. Isso é uma opinião subjetiva. Fica a impressão de que o que se quer é degolar a cabeça de um símbolo, de alguém que tem uma representatividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu gostaria que apressassem, a Ordem do Dia já começou. For favor, a última pergunta. A última inscrita é a Deputada Ann Pontes. O processo do Roberto Jefferson já começou.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Eu vou interromper a partir de então. Eu fico satisfeito. Obrigado a V.Sa. Foi um prazer muito grande. Estou aguardando um livro que o senhor está escrevendo sobre o Senador Antônio Carlos Magalhães.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Muito obrigado. É um grande livro, vai demorar um pouco, mas é uma beleza.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor já adiou várias vezes o término desse livro.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Na verdade, não fui eu. Se o Deputado me permitir, quero dizer que quem adiou foi ele.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sei que foi ele. Pode ser que ele adie mais uma vez.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Ele não pára de dar capítulo. A cada semestre ele dá um capítulo novo.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Estou aguardando a edição. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sr. Presidente, serei bastante objetiva. Acabo sendo redundante, mas quero dizer que é uma honra tê-lo em nossa Comissão.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Meu primeiro contato foi com *Olga Benário* e aí veio *Chatô* e, de fato, a admiração. A presença de V.Sa. neste Conselho ajuda, decididamente, a este Conselho a formar o perfil de quem é o Deputado José Dirceu.

Cheguei e V.Sa. já estava fazendo sua exposição. Só uma questão de confirmação e, no final, fecho minha pergunta. V.Sa. falou de detalhes da vida do Deputado. Antes, não conhecia esses detalhes da vida do Deputado José Dirceu. O conhecimento dos detalhes da vida se deu em Cuba. Quanto tempo houve de permanência em Cuba para pegar esses detalhes da vida? E nesse contato em Cuba, o Deputado José Dirceu fez referências ao desempenho de suas atividades à frente da Casa Civil, ao papel dele junto à direção do PT, à avaliação dele sobre o Governo Lula, a aspirações futuras políticas, ou ficou num contexto apenas do passado e não num contexto mais recente?

Era essa a colocação. Muito obrigada.

O SR. FERNANDO GOMES DE MORAIS - Bom, Deputada, em primeiro lugar, para responder à segunda pergunta, o tempo era tão curto, porque nós saímos daqui numa sexta-feira, se não me engano. Saímos separados; ele foi por uma companhia, eu fui por outra... (*Tosse.*) Desculpe. Charutos. Infelizmente, não são cubanos, porque são muito caros. Mas, como havia muito pouco tempo para trabalhar, não sobrou tempo para falar de Brasil. Gastamos a nossa permanência lá, integralmente, para tentar reconstituir o tempo em que ele viveu em Cuba. O que eu vi lá que ajudou a consolidar a minha opinião a respeito do caráter dele? Vários depoimentos, depoimentos de pessoas de onde ele viveu. Por exemplo, algo que me ficou na cabeça... Quando ele fez a cirurgia plástica, para mudar o rosto para poder voltar para o Brasil clandestinamente, ele disse ao cirurgião que ele morria de medo de anestesia geral, que tinha medo de morrer, que ouvia falar muito de casos de pessoas que morriam durante o processo de anestesia geral, e que ele não quis. Ele



tomou anestesia local, e, portanto, assistiu à cirurgia. Então, o médico enfiava o bisturi, enfiou o bisturi nas narinas dele, nos dois lados da cabeça; aqui, aqui e aqui, em cima do nariz, e o sangue esguichando naquela, não sei como chama aquela redoma em que o médico trabalha, e ele assistindo àquilo. Ele, consciente, vendo o sangue esguichar. Eu, que sou fraco para essas coisas, fico pensando o seguinte: alguém passar por uma situação dessa — não só essa, que é uma brutalidade, mas mudar de cara, chegar no espelho e ver que é uma outra pessoa — para, aos 60 anos, cuspir nisso tudo e se meter com bandalheira, com corrupção de político. Não acredito. Não. Honestamente, eu não acredito. Eu acho que é algo que cada um dos senhores, cada uma das senhoras pode refletir consigo próprio: e se isso fosse comigo? Eu tenho uma vida limpa, tenho uma vida honesta. Eu olho para a cara da minha filha com o maior orgulho, eu tenho netos, não tenho vergonha de nada, nem dos meus erros. Peço desculpas. O senhor disse que o Zé Dirceu pediu desculpas. Eu já pedi desculpas a desafetos políticos, já pedi de público, já pedi em particular. Agora, imagine a senhora, se amanhã seus filhos, seu marido, seus vizinhos, no elevador do seu prédio, as pessoas dizerem que está roubando. Essa senhora está metendo a mão, roubou dinheiro, tirou dinheiro da merenda das crianças, tirou dinheiro disso, daquilo, para comprar Deputado para apoiar este Governo. É isso, esse é o sentimento que eu tenho. Acho muito, muito, muito difícil que o Deputado Zé Dirceu seja responsável por isso. Não tenho nada com ele. Não sou amigo íntimo dele. Queria insistir nisso, para encerrar, Sr. Presidente. Não sou amigo íntimo. Não sei onde é a casa dele. Sei que ele tem um apartamento na Vila Mariana, em São Paulo. Nunca pus os pés. Não sei o nome da rua. Mas sei que é um homem de bem. Sei que é um homem de bem. Eu não preciso ser amigo dele para saber que ele é um homem... Não preciso privar da intimidade... Não privo da intimidade do Deputado Ricardo Izar. Convivi com ele 8 anos. Se me pedirem um depoimento a respeito dele, eu sei o que dizer. Por quê? Porque convivi 8 anos, dia sim, dia não, com ele. Sei o que dizer a respeito dele. Para mim, será uma surpresa, uma das maiores surpresas se o Deputado José Dirceu viesse aqui e dissesse: *“Olha, eu sou mesmo aquilo que o Deputado Jefferson disse, sou mesmo o responsável pelo mensalão, pelo não sei o quê, não sei o quê”*. Não acredito. Não acredito. Se isso pode contribuir de alguma maneira — não é para absolvê-lo, não, nem para



condená-lo — para a verdade emergir, acho que terá valido a pena esse esforço todo dos senhores e senhoras, todos, sem nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, quero agradecer em nome dos membros do Conselho a presença de Fernando Morais, e comunicar aos advogados do José Dirceu que amanhã, às 13h, uma hora da tarde, ouviremos o ex-Deputado José Genoíno.

Está encerrada a sessão.